

ABUSO DE PODER, FURTO, ABUSO DE CARTÃO DE GARANTIA OU DE CARTÃO, DISPOSITIVO OU DADOS DE PAGAMENTO AGRAVADO, BURLA INFORMÁTICA QUALIFICADA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, FALSIDADE INFORMÁTICA AGRAVADA E ACESSO ILEGÍTIMO AGRAVADO.

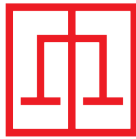
O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido imputando-lhe a prática de crimes de abuso de poder, furto, abuso de cartão de garantia ou de cartão, dispositivo ou dados de pagamento agravado, burla informática qualificada, falsificação de documento, falsidade informática agravada e acesso ilegítimo agravado.

Apuraram-se factos ocorridos, entre novembro de 2021 e junho de 2023, cometidos pelo arguido, funcionário público que exercia funções como técnico informático do IGFEJ, usou credenciais de dois funcionários do Instituto de Registos e Notariado, I.P. (IRN), a que tinha acesso mercê das suas funções, para aceder ao sistema informático interno do Ciclo de Vida do Cartão de Cidadão e criar chaves móveis digitais de nove cidadãos.

Sem conhecimento desses cidadãos, o arguido utilizou tais chaves móveis digitais para se autenticar eletronicamente junto de várias entidades públicas e privadas, abrir contas bancárias e contrair empréstimos financeiros, sempre em nome das vítimas, em seu prejuízo e das instituições mutuantes, tendo obtido benefícios patrimoniais no valor de 36.614,68 €.

Apesar de ter encetado esforços nesse sentido, o arguido não logrou obter, por motivos que lhe foram alheios, uma vantagem adicional no valor de, pelo menos, 108.144,03 €.

Foram apensados cinco (5) inquéritos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

Um arguido encontra-se em prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – UNC3T.

NUIPC 245/23.5TELSB

Data da acusação: 17-06-2024